

30 de Janeiro de 2004

CONTAS NACIONAIS PROVISÓRIAS

2001

PRODUTO INTERNO BRUTO REGISTOU UM CRESCIMENTO DE 1,8% EM VOLUME

Em 2001, o Produto Interno Bruto (PIB) português apresentou uma taxa de variação em volume de 1,8 % o que constituiu uma desaceleração de 1,6 pontos percentuais (p. p.) face ao ano anterior. A nível de preços implícitos no PIB verificou-se uma taxa de variação anual de 4,4%. O valor nominal ascendeu a 122 801 milhões de euros.

A desaceleração do PIB resultou do abrandamento da procura interna cuja taxa de variação (1,4%) foi inferior em 1,6 p.p. à registada em 2000. Este abrandamento não foi totalmente compensado pela contribuição da procura externa líquida que se registou em 2001, quando comparada com o ano precedente (+0,1 p.p.). A despesa de consumo final das famílias residentes, com um crescimento real de 1,1% (menos 1,7 p. p. que em 2000), influenciou o comportamento da procura interna. A formação bruta de capital, com uma taxa de variação em 2001 de 0,5%, registou igualmente uma desaceleração de 1,4 p. p. face ao crescimento registado em 2000.

Em 2001 o rendimento disponível das famílias apresentou uma variação anual em termos nominais de 6,4%. A taxa de poupança das Famílias recuperou 0,9 p. p. face a 2000, situando-se em 11,7%.

A posição da economia nacional face ao exterior registou alguma recuperação verificando-se uma necessidade de financiamento de 7,9% do PIB (inferior em 1,1 p. p. à registada em 2000).

PRODUTO INTERNO BRUTO – ÓPTICA DA DESPESA

	2000	2001				
	Preços correntes	Preços de 2000	t.c. volume	t.c. preços	Preços correntes	t. c. nominal
Despesas de Consumo Final	95281	96913	1,7	4,1	100855	5,9
<i>Famílias residentes</i>	69755	70502	1,1	3,9	73248	5,0
<i>ISFLSF</i>	1829	1935	5,8	3,8	2010	9,9
<i>Adm. Públicas</i>	23697	24475	3,3	4,6	25596	8,0
Formação Bruta de Capital	33242	33403	0,5	1,7	33971	2,2
<i>FBCF máquinas e equipamentos</i>	8128	8288	2,0	-2,4	8092	-0,4
<i>FBCF material de transporte</i>	3695	3118	-15,6	2,8	3206	-13,2
<i>FBCF Construção</i>	16063	16569	3,1	3,6	17160	6,8
<i>FBCF Outra</i>	4533	4665	2,9	2,9	4801	5,9
Procura interna	128523	130315	1,4	3,5	134826	4,9
Exportações FOB	36449	37190	2,0	1,9	37904	4,0
Procura global	164972	167505	1,5	3,1	172730	4,7
Importações FOB	49424	49918	1,0	0,0	49929	1,0
PIBpm	115548	117587	1,8	4,4	122801	6,3
Por memória:						
Despesas de Consumo Final						
<i>de Famílias residentes no Resto do Mundo</i>	2035	1929	-5,2	2,3	1974	-3,0
<i>de Famílias não residentes no Território Económico</i>	5525	5686	2,9	4,0	5915	7,1
Contribuição para a t. c. volume do PIB (p. p)						
<i>Procura interna</i>			1,6			
<i>Procura externa líquida</i>	-12975	-12728	0,2		-12025	

Unidades: Milhões de euros e percentagens

Contas Nacionais Provisórias¹

Ramos de Actividade

As Contas Nacionais Provisórias de 2001, agora divulgadas, apresentam os resultados referentes ao cálculo do Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIBpm) segundo as ópticas da Despesa, da Produção e do Rendimento. Além do PIBpm, são também divulgadas a Conta de Produção, a Conta de Exploração, o Quadro de Recursos e Empregos (QRE), desagregado na nomenclatura de 31 produtos (P31), e o Emprego e Remunerações na nomenclatura de 31 ramos (A31).

O quadro metodológico de referência das Contas Provisórias baseia-se nos conceitos e princípios do SEC 95 – Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na Comunidade Europeia.

De acordo com os resultados, verifica-se em 2001 um crescimento do PIBpm em termos reais de 1,8%, o que reflecte um abrandamento em 1,6 p. p. face ao ano anterior. A variação do PIB registada em 2001 deve-se a um crescimento de 2,1% do Valor Acrescentado Bruto a preços base (VAB), atenuado pelo decréscimo em termos reais dos Impostos líquidos de subsídios (-0,3%).

PRODUTO INTERNO BRUTO – ÓPTICA DA PRODUÇÃO

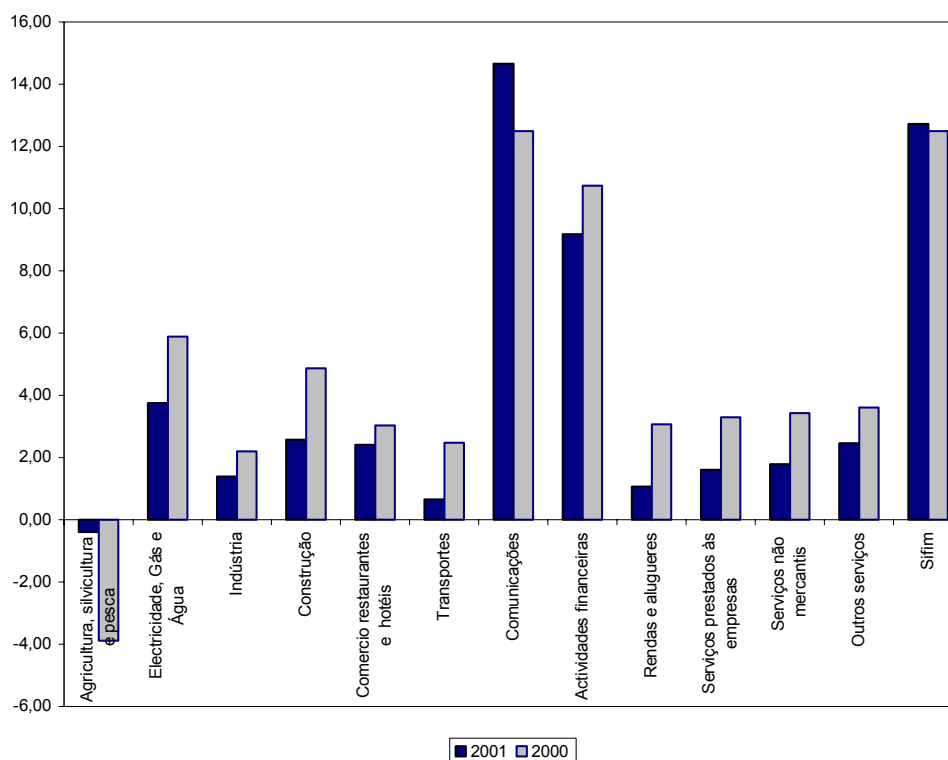
Ramos	2000	2001		
	preços correntes	t. c. volume	t. c. preços	preços correntes
Agricultura, silvicultura e pesca	3602	-0,4	13,9	4087
Electricidade, Gás e Água	2773	3,8	-0,9	2850
Indústria	19002	1,4	2,4	19736
Construção	8106	2,6	4,4	8684
Comércio restaurantes e hotéis	17827	2,4	6,5	19437
Transportes	3949	0,7	2,4	4071
Comunicações	2948	14,7	-3,3	3268
Actividades financeiras	6517	9,2	-0,9	7054
Rendas e alugueres	6657	1,1	4,8	7049
Serviços prestados às empresas	6657	1,6	4,1	7038
Serviços não mercantis	22789	1,8	5,9	24556
Outros serviços	3859	2,5	4,2	4122
SIFIM's	-5062	12,7	-2,5	-5563
VAB a preços base	99624	2,1	4,6	106391
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	15924	-0,3	3,4	16410
PIBpm	115548	1,8	4,4	122801

Unidades: Milhões de euros e percentagens

¹ Os quadros detalhados das Contas Provisórias 2001 podem ser consultados em www.ine.pt

A taxa de variação do VAB em termos reais desacelerou em 2001 1,1 p.p. face a 2000. O gráfico seguinte compara as taxas de variação do VAB, para os anos 2000 e 2001 para as diferentes actividades económicas.

TAXAS DE CRESCIMENTO EM VOLUME DO VAB

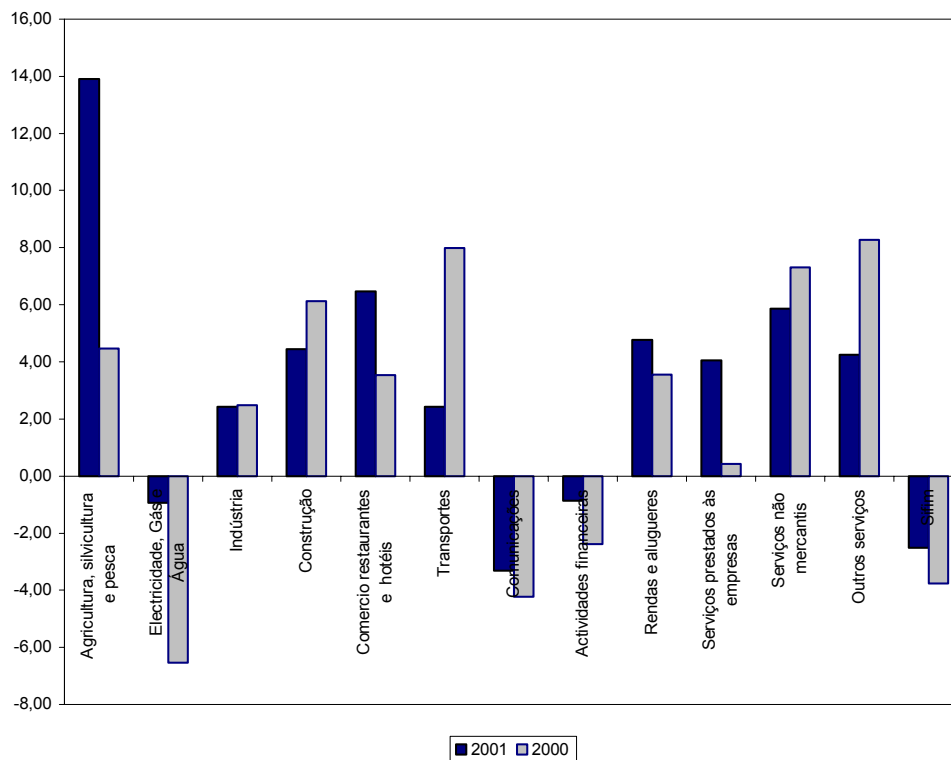


Constata-se que a desaceleração do VAB em 2001 para o total da economia se deveu a uma quebra generalizada ao nível das diferentes actividades económicas, à excepção das Comunicações que apresentando a mais forte taxa de variação ainda registou um acréscimo de 2,2 p. p. face a 2000. Assinale-se ainda a Agricultura, Silvicultura e Pescas como a única actividade a revelar uma variação real negativa ainda que marginal e em recuperação face ao ano anterior. Os SIFIM² registaram uma aceleração do crescimento de 0,2 p. p., contribuindo para a desaceleração do PIB.

Os preços implícitos no VAB apresentaram uma taxa de variação de 4,6% (+0,6 p. p. que em 2000). De salientar a aceleração dos preços do VAB em 2001 face a 2000 registada na Agricultura, Silvicultura e Pescas (+9,4 p. p.), nos Serviços Prestados às Empresas (+3,6 p. p.) e no Comércio, Restaurantes e Hotéis (+2,9 p. p.). O VAB da Electricidade, Gás e Água continuou em 2001 a revelar uma queda nos preços, embora menos intensa que a verificada em 2000 (+5,6 p. p.). Nos Transportes e nos Outros Serviços observou-se a maior desaceleração dos preços do VAB, respectivamente, -5,6 e -4,0 p. p..

² Serviços de Intermediação Financeira indirectamente medidos.

TAXAS DE CRESCIMENTO DOS PREÇOS IMPLÍCITOS NO VAB



A generalidade das componentes da Despesa sofreu uma desaceleração em termos reais, em 2001 face ao ano precedente, sendo de salientar: as Despesas de Consumo Final em Bens Duradouros, condicionadas desfavoravelmente pela queda na aquisição de automóveis; a Formação Bruta de Capital, também com a forte desaceleração da componente Material de Transporte.

PRODUTO INTERNO BRUTO – ÓPTICA RENDIMENTO

Componentes	1999 Valor	2000		2001	
		t. c. nominal	Valor	t. c. nominal	Valor
PIBpm	108030	7,0	115548	6,3	122801
Impostos (D21) líquidos de subsídios (D31) sobre os produtos	15217	4,6	15924	3,1	16410
VAB a preços base	92813	7,3	99624	6,8	106391
Remunerações (D1)	52092	9,5	57061	7,2	61170
Outros Impostos sobre a produção (D29)	671	12,1	752	10,8	833
Outros Subsídios à produção (D39)	1566	-34,2	1031	35,2	1395
Excedente/Rendimento misto bruto	41615	3,0	42843	6,9	45782
Consumo Capital Fixo	17768	13,1	20091	7,0	21491
Excedente/rendimento misto líquido	23847	-4,6	22751	6,8	24292

Unidades: Milhões de euros e percentagens

O VAB a preços base registou uma variação nominal de 6,8%, superior em 0,5 p. p. à taxa de crescimento nominal do PIBpm. Esta diferença foi determinada pela variação mais moderada dos impostos líquidos de subsídios sobre os produtos (3,1%). A principal contribuição para a variação nominal do VAB a preços base foi dada pela componente Remunerações com 4,1 p.p..

Sectores Institucionais

Os quadros seguintes apresentam os aspectos mais relevantes da conta provisória de 2001, por sector institucional, resumindo a distribuição dos principais agregados da Economia Portuguesa pelos cinco sectores institucionais residentes: S11 (Sociedades não financeiras), S12 (Sociedades Financeiras), S13 (Administrações Públicas), S14 (Famílias) e S15 (Instituições sem Fins Lucrativos ao serviço das famílias - ISFLSF)³, assim como alguns dos saldos que representam a contrapartida de operações com o exterior S2 (Resto do Mundo).

DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA DO RENDIMENTO

Sectores	Ano	S.11	S.12	S.13	S.14+S.15	S.1	S.2	Total
Operações, outros fluxos e saldos		Sociedades não-financeiras	Sociedades financeiras	Administrações públicas	Famílias + ISFLSF	Total da economia	Resto do mundo	
Valor acrescentado bruto PIB	2001	56 865	6 894	20 933	27 261	122 801		122 801
% do PIB		46,3%	5,6%	17,0%	22,2%			
Valor acrescentado bruto PIB	2000	53 444	6 328	19 547	25 368	115 548		115 548
% do PIB		46,3%	5,5%	16,9%	22,0%			
Saldo dos rendimentos primários (bruto) Rendimento Nacional bruto	2001	14 660	2 981	15 386	86 562	119 590		119 590
	2000	13 456	2 918	14 961	81 434	112 769		112 769
	Var. nominal 01/00	8,9%	2,2%	2,8%	6,3%	6,0%		

Unidades: Milhões de euros e percentagens

Em termos da contribuição relativa dos Sectores Institucionais para o PIB, verifica-se em 2001 uma distribuição muito semelhante à de 2000. As Sociedades não Financeiras contribuem em 46% para o produto gerado na economia. Relativamente às Famílias, uma parte muito significativa do rendimento primário gerado por este sector (cerca de 21%) corresponde à imputação dos serviços de habitações ocupadas pelos

³ Por se tratar de estimativas provisórias, os dados relativos aos sectores das Famílias e das ISFLSF são apresentados agregados.

proprietários⁴. Por seu lado, devido ao critério da medição da produção dos serviços não mercantis pelos respectivos custos de produção, o rendimento primário gerado no sector das Administrações Públicas (17%) corresponde quase exclusivamente às Remunerações pagas.

Todos os sectores registaram um aumento, pouco significativo, da importância relativa no PIB entre 2000 e 2001. Por outro lado, verificou-se um decréscimo no peso no PIB das componentes não sectorizadas: os impostos líquidos de subsídios sobre os produtos e os serviços de intermediação financeira indirectamente medidos.

O saldo dos rendimentos primários resulta da distribuição do rendimento gerado aos proprietários dos factores produtivos utilizados no processo de produção. No caso das Famílias, mais de 70% do saldo dos rendimentos primários é explicado pelas Remunerações do trabalho recebidas. O saldo dos rendimentos primários, para o total da economia, corresponde ao Rendimento Nacional Bruto⁵. O Rendimento Nacional apresentou em 2001 uma variação nominal de 6,0% face a 2000. Em termos nominais, as variações do saldo dos rendimentos primários de 2000 para 2001 observada para as Sociedades não financeiras e para as Famílias foram as mais significativas, 8,9% e 6,2%, respectivamente.

Entre 2000 e 2001, verificou-se um ligeiro decréscimo na percentagem do Rendimento Disponível das Famílias que é afecto a Despesa de Consumo Final, o que se traduziu num acréscimo de 0,9 p. p. na taxa de Poupança (11,7% em 2001 contra 10,8% em 2000). A despesa de consumo final das Famílias, em 2001, situou-se em 73 248 milhões de euros, enquanto que o consumo final efectivo⁶ foi de 90 526, superior em 8 131 milhões de euros ao Rendimento Disponível. O montante das transferências sociais em espécie foi de 17 277 milhões de euros, o que justificou o nível da poupança neste sector de 9 647 milhões de euros.

⁴ Segundo convenção do Sistema de Contas Nacionais, as famílias que são proprietárias das habitações onde vivem, são tratadas formalmente como proprietárias de empresas não constituídas em sociedade que produzem serviços de habitação. A produção dos serviços de habitação pelos proprietários ocupantes é avaliada com base no aluguer estimado, que um inquilino pagaria pelo mesmo alojamento.

⁵ O Rendimento Nacional bruto corresponde ao PIB diminuído dos rendimentos primários pagos pelas unidades residentes a unidades não residentes e aumentado dos rendimentos primários recebidos do Resto do Mundo pelos sectores da economia nacional. O Rendimento Nacional não é um conceito de produção, mas de rendimento que é mais significativo quando expresso em termos líquidos, isto é, após dedução do consumo de capital fixo.

⁶ O consumo final efectivo consiste no consumo de bens e serviços obtidos pelas famílias através da sua própria despesa ou de transferências sociais em espécie provenientes das Administrações Públicas ou das Instituições Sem Fins Lucrativos ao serviço das famílias. O consumo final analisado com base nas despesas permite identificar as unidades institucionais que as suportam e, portanto controlam e financiam os montantes dessas despesas. O objectivo do consumo efectivo é identificar as unidades que efectivamente beneficiam da sua utilização.

DISTRIBUIÇÃO SECUNDÁRIA DO RENDIMENTO, CONSUMO E POUPANÇA

Operações, outros fluxos e saldos	Sectores Ano	S.11	S.12	S.13	S.14+S.15	S.1	S.2	Total
		Sociedades não- financeiras	Sociedades financeiras	Adminis- trações públicas	Famílias + ISFLSF	Total da economia	Resto do mundo	
Rendimento disponível bruto	2001	10 521	2 735	24 685	84 936	122 876		122 876
	2000	9 038	2 870	24 478	79 662	116 048		116 048
	Var. nominal 01/00	16,4%	-4,7%	0,8%	6,6%	5,9%		
Despesa de consumo final	2001	-	-	25 596	75 258	100 855		100 855
Consumo final efectivo	2001	-	-	10 329	90 526	100 855		100 855
Despesa de consumo final	2000	-	-	23 697	71 584	95 281		95 281
	Var. nominal 01/00	-	-	8,0%	5,1%	5,9%		
Poupança bruta, em % do PIB	2001	8,6%	1,8%	-0,7%	8,3%	17,9%		
	2000	7,8%	1,9%	0,7%	7,6%	18,0%		
Taxa de Poupança = Poupança / Rendimento disponível	2001	100,0%	81,7%	-3,7%	12,0%	17,9%		
	2000	100,0%	76,9%	3,2%	11,0%	17,9%		
Saldo externo corrente	2001	-	-	-	-	-	11 950	11 950
	2000	-	-	-	-	-	12 475	12 475

Unidades: Milhões de euros e percentagens

O endividamento face ao exterior apresentou uma recuperação entre 2000 e 2001. Para esta melhoria contribuíram positivamente as Famílias que passaram, de 2000 para 2001, de uma capacidade líquida de financiamento de 0,9% para 2,8% do PIB, e as Sociedades não Financeiras que, apesar de apresentarem necessidade de financiamento nos dois anos, registaram em 2001 uma redução do correspondente saldo que passou de 8,1% para 6,5 % do PIB. As Administrações Públicas registaram uma necessidade de financiamento de 4,4% do PIB, o que corresponde a um agravamento neste indicador de 1,5 p .p. face ao ano precedente. A metodologia de cálculo deste indicador, na óptica da Contabilidade Nacional, não é exactamente idêntica à utilizada no Procedimento dos Défices Excessivos, pelo que os valores apurados não têm que ser coincidentes.

DESPESAS DE ACUMULAÇÃO E SALDO DAS CONTAS NÃO FINANCEIRAS

Operações, outros fluxos e saldos	Sectores	Ano	S.11	S.12	S.13	S.14+S.15	S.1	S.2	Total
			Sociedades não- financeiras	Sociedades finan- ceiras	Administra- ções públi- cas	Famílias + ISFLSF	Total da economia	Resto do mundo	
Formação bruta de capital		2001	18 696	877	4 888	9 510	33 971		33 971
Formação bruta de capital		2000	18 411	923	4 445	9 463	33 242		33 242
Consumo de capital fixo		2001	12 362	754	2 609	5 766	21 491		21 491
Consumo de capital fixo		2000	11 465	771	2 401	5 453	20 091		20 091
Capacidade Necessidade líquida de financiamento		2001	- 8 042	133	- 5 437	3 687	- 9 658	9 658	0
% do PIB			-6,5%	0,1%	-4,4%	3,0%	-7,9%		
Capacidade Necessidade líquida de financiamento		2000	- 9 375	1 063	- 3 348	1 206	- 10 455	10 455	0
% do PIB			-8,1%	0,9%	-2,9%	1,0%	-9,0%		

Unidades: Milhões de euros e percentagens

Contas Regionais

As *Contas Regionais 2001*⁷ integram o cálculo de indicadores económicos regionais, como o Produto Interno Bruto por regiões (PIBR) e o Rendimento Disponível Bruto (RD) das Famílias, e prosseguem a série iniciada em 1995.

Entre os resultados constam o VAB e Emprego total e remunerado (trabalhadores por conta de outrem) por ramos de actividade e regiões NUTS II e NUTS III, FBCF e Remunerações por ramos de actividade e regiões NUTS II, Rendimento Primário e Rendimento Disponível das Famílias por regiões NUTS II. Enquanto indicadores derivados destacam-se o PIB por habitante, VAB por pessoa empregada e, das contas regionais das famílias, o Rendimento Primário (RP) e Rendimento Disponível Bruto (RDB).

No que se refere ao PIB por habitante, a região de Lisboa e Vale do Tejo demarca-se com um valor de 15,8 milhares de Euros (índice 133) para uma média nacional de 11,9 milhares. Além desta região, somente o Algarve e a Região Autónoma da Madeira surgem com valores superiores à média nacional, apresentando índices de 104 e 112, respectivamente. As demais regiões NUTS II figuram com índices de 80 no caso do Norte, 81 no Centro e no Alentejo e 79 na Região Autónoma dos Açores.

Entre as regiões NUTS III, somente duas sub-regiões ultrapassam a média nacional para o indicador PIB por habitante: Grande Lisboa e Grande Porto, com índices de 172 e 104, respectivamente. No extremo oposto, o Tâmega apresentava o menor índice entre as regiões portuguesas: 50% do PIB por habitante, correspondente a 5,9 milhares de Euros.

Pode ainda ser verificada a disparidade intra-regional através dos índices relativamente à média da região NUTS II: no Norte oscilam entre 130 (Grande Porto) e 62 (Tâmega), no Centro entre 122 (Pinhal Litoral) e 68 (Serra da Estrela), em Lisboa e Vale do Tejo entre 130 (Grande Lisboa) e 61 (Península de Setúbal), no Alentejo entre 117 (Alentejo Litoral) e 84 (Baixo Alentejo).

No caso do VAB por pessoa empregada (medida de produtividade), verifica-se que as regiões NUTS II que apresentavam índices superiores a 100 eram Lisboa e Vale do Tejo, Algarve e Região Autónoma da Madeira com índices de 124, 105 e 107, respectivamente. O Alentejo apresentava um índice de 91, o Norte e o Centro de 84 e a Região Autónoma dos Açores de 80.

Ao nível NUTS III, as regiões com produtividade superior à média eram, em 2001, as seguintes: Grande Porto (104), Grande Lisboa (137), Península de Setúbal (107), Lezíria do Tejo (106) e Alentejo Litoral (114). A sub-região Pinhal Interior Sul apresentava o menor índice do país (60).

Podem ainda ser verificadas as assimetrias intra-regionais através dos índices relativamente à média da respectiva região: no Norte oscilava entre 124 (Grande Porto) e 79 (Tâmega), no Centro entre 115 (Baixo Mondego) e 72 (Pinhal Interior Sul), em Lisboa e Vale do Tejo entre 111 (Grande Lisboa) e 73 (Oeste) e no Alentejo entre 125 (Alentejo Litoral) e 92 (Alto Alentejo).

Os resultados das contas regionais das famílias para 2001 são evidenciados pelos saldos do Rendimento Primário (RP) e do Rendimento Disponível Bruto (RDB) e, principalmente, pelos correspondentes indicadores por habitante.

Em 2001, a distribuição regional do Rendimento Primário e do Rendimento Disponível Bruto permite verificar que todas as regiões aumentam a sua importância relativa quando se passa da distribuição percentual do RP para o do RDB, à excepção de Lisboa e Vale do Tejo.

Os mesmos indicadores por habitante e sob a forma de índice relativamente à média nacional, evidenciam que das regiões NUTS II, Lisboa e Vale do Tejo, Algarve e Região Autónoma da Madeira, detêm índices superiores à média nacional para ambos os indicadores com valores de 131 e 123, 105 e 107 e 103 e 106, na mesma ordem. As restantes regiões apresentam, assim, índices de RP e RDB inferiores à média do país, nomeadamente o Norte (81 e 84) o Centro (83 e 91), o Alentejo (80 e 87) e a Região Autónoma dos Açores (83 e 86).

⁷ As Contas Regionais 2001 utilizam a Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticas (NUTS) anterior à que foi estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 244/2002.

Os resultados acima evidenciados em termos de índice e em estrutura demonstram uma transferência de rendimentos na esfera da redistribuição secundária entre a região Lisboa e Vale do Tejo e as demais regiões.

Os quadros que se seguem constituem uma síntese dos principais agregados resultantes das Contas Regionais 2001 e dos indicadores deles derivados.

PIB REGIONAL *per capita* E ÍNDICES DE DISPARIDADE REGIONAL

Regiões	Em valor 10 ³ Euros	Em Índice (1)	Em Índice (2)
Norte	9,6	80	100
Minho-Lima	7,5	63	78
Cávado	9,0	76	94
Ave	9,2	77	96
Grande Porto	12,4	104	130
Tâmega	5,9	50	62
Entre Douro e Vouga	10,3	87	108
Douro	7,8	66	82
Alto Trás-os-Montes	7,1	60	75
Centro	9,7	81	100
Baixo Vouga	10,9	92	113
Baixo Mondego	11,0	92	114
Pinhal Litoral	11,8	99	122
Pinhal Interior Norte	6,9	58	
Dão-Lafões	7,6	63	78
Pinhal Interior Sul	7,3	61	75
Serra da Estrela	6,6	55	68
Beira Interior Norte	8,0	67	82
Beira Interior Sul	10,6	89	110
Cova da Beira	8,6	72	89
Lisboa e Vale do Tejo	15,8	133	100
Oeste	9,7	82	62
Grande Lisboa	20,6	172	130
Península de Setúbal	9,7	81	61
Médio Tejo	10,9	91	69
Lezíria do Tejo	11,5	97	73
Alentejo	9,6	81	100
Alentejo Litoral	11,3	95	117
Alto Alentejo	9,0	75	93
Alentejo Central	10,3	86	107
Baixo Alentejo	8,1	68	84
Algarve	12,4	104	100
R. A. Açores	9,4	79	100
R. A. Madeira	13,4	112	100
Extra-regio			
PORTUGAL	11,9	100	

Índice (1) - Portugal = 100

Índice (2) - respectiva região NUTS II = 100

VAB REGIONAL POR PESSOA EMPREGADA

Regiões	<i>Em valor</i> 10 ³ Euros	Em Índice (1)	Em Índice (2)
Norte	17,9	84	100
Minho-Lima	14,5	68	81
Cávado	15,8	74	88
Ave	15,6	73	87
Grande Porto	22,1	104	124
Tâmega	14,1	66	79
Entre Douro e Vouga	18,0	85	101
Douro	15,7	74	88
Alto Trás-os-Montes	14,7	69	82
Centro	17,8	84	100
Baixo Vouga	19,6	92	110
Baixo Mondego	20,4	96	115
Pinhal Litoral	19,4	91	109
Pinhal Interior Norte	15,1	71	85
Dão-Lafões	15,3	72	86
Pinhal Interior Sul	12,7	60	72
Serra da Estrela	13,8	65	78
Beira Interior Norte	13,8	65	78
Beira Interior Sul	17,5	82	99
Cova da Beira	15,3	72	86
Lisboa e Vale do Tejo	26,3	124	100
Oeste	19,3	91	73
Grande Lisboa	29,0	137	111
Península de Setúbal	22,7	107	86
Médio Tejo	20,2	95	77
Lezíria do Tejo	22,5	106	86
Alentejo	19,4	91	100
Alentejo Litoral	24,3	114	125
Alto Alentejo	17,8	84	92
Alentejo Central	19,0	89	98
Baixo Alentejo	18,1	85	93
Algarve	22,2	105	100
R. A. Açores	16,9	80	100
R. A. Madeira	22,7	107	100
Extra-regio	22,7	107	
PORTUGAL	21,2	100	

Índice (1) - Portugal = 100

Índice (2) - respectiva região NUTS II = 100

RENDIMENTO PRIMÁRIO E RENDIMENTO DISPONÍVEL DAS FAMÍLIAS

Regiões	Rendimento Primário		Rendimento Disponível	
	10 ⁶ Euros	(%)	10 ⁶ Euros	(%)
Norte	24 917	28,9	24 499	29,7
Centro	12 222	14,2	12 794	15,5
Lisboa e Vale do Tejo	38 144	44,2	34 283	41,6
Alentejo	3 533	4,1	3 651	4,4
Algarve	3 403	3,9	3 315	4,0
R. A. Açores	1 654	1,9	1 636	2,0
R. A. Madeira	2 077	2,4	2 034	2,5
Extra Regio	258	0,3	183	0,2
PORTUGAL	86 208	100	82 395	100

RENDIMENTO PRIMÁRIO E RENDIMENTO DISPONÍVEL per capita

Regiões	Rendimento Primário		Rendimento Disponível	
	10 ³ Euros	(PT=100)	10 ³ Euros	(PT=100)
Norte	6,8	81	6,7	84
Centro	6,9	83	7,2	91
Lisboa e Vale do Tejo	10,9	131	9,8	123
Alentejo	6,7	80	7,0	87
Algarve	8,8	105	8,6	107
R. A. Açores	7,0	83	6,9	86
R. A. Madeira	8,7	103	8,5	106
Extra Regio				
PORTUGAL	8,4	100	8,0	100